

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	11
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	29
---	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	30
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	31
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	32
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	33
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	34
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	36
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	100.000
Preferenciais	0
Total	100.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	23.249.356	21.222.511
1.01	Ativo Circulante	22.318.157	20.332.348
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.672.924	3.500.750
1.01.03	Contas a Receber	20.496.471	16.739.306
1.01.06	Tributos a Recuperar	107.872	20.196
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	40.890	72.096
1.02	Ativo Não Circulante	931.199	890.163
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	767.267	764.779
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	767.267	764.779
1.02.03	Imobilizado	163.932	125.384
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	163.932	125.384

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	23.249.356	21.222.511
2.01	Passivo Circulante	849.103	395.778
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.166	1.280
2.01.02	Fornecedores	21.285	3.859
2.01.03	Obrigações Fiscais	126.702	230.395
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	61.647
2.01.05	Outras Obrigações	667.950	98.597
2.02	Passivo Não Circulante	21.732.030	20.429.848
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	21.732.030	20.401.815
2.02.01.02	Debêntures	21.732.030	20.401.815
2.02.02	Outras Obrigações	0	28.033
2.03	Patrimônio Líquido	668.223	396.885
2.03.01	Capital Social Realizado	100.000	100.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	568.223	296.885

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.465.227	1.190.135	1.382.130	3.709.360
3.01.01	Receita de Securitização	4.465.227	1.190.135	1.382.130	3.709.360
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.510.788	-611.408	-329.921	-1.095.271
3.02.01	Custo de Captação	-1.342.966	-578.627	-279.658	-953.642
3.02.02	Deduções da Receita (-)	-167.822	-32.781	-50.263	-141.629
3.03	Resultado Bruto	2.954.439	578.727	1.052.209	2.614.089
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.950.093	-766.164	-427.106	-1.559.583
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.950.093	-766.164	-427.106	-1.559.583
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.346	-187.437	625.103	1.054.506
3.06	Resultado Financeiro	433.946	81.226	6.598	143.228
3.06.01	Receitas Financeiras	486.596	93.470	48.898	246.077
3.06.02	Despesas Financeiras	-52.650	-12.244	-42.300	-102.849
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	438.292	-106.211	631.701	1.197.734
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-168.002	-15.026	-301.744	-462.148
3.08.01	Corrente	-168.002	-15.026	-301.744	-462.148
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	270.290	-121.237	329.957	735.586
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	270.290	-121.237	329.957	735.586

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-121.237	270.290	329.957	735.586
4.03	Resultado Abrangente do Período	-121.237	270.290	329.957	735.586

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.113.113	-2.157.551
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.353.552	2.182.234
6.01.01.01	Lucro Líquido antes de IRPJ e CSLL	438.292	1.197.734
6.01.01.02	Remuneração de Debêntures	887.215	953.642
6.01.01.03	Outros	28.045	30.858
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.298.663	-4.093.220
6.01.02.01	Variação Contas Ativas	-3.813.635	759.577
6.01.02.02	Variação Contas Passivas	514.972	-4.852.797
6.01.03	Outros	-168.002	-246.565
6.01.03.01	IRPJ e CSLL Pagos no Período	-168.002	-246.565
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-65.545	0
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-65.545	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	350.832	1.359.329
6.03.01	Partes Relacionadas	-2.488	-305.045
6.03.04	Resgate de Debêntures	-6.161.000	-7.193.431
6.03.05	Integralização de Debêntures	6.604.000	8.898.003
6.03.06	Amortização de empréstimos	-89.680	-40.198
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.827.826	-798.222
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.500.750	1.794.681
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.672.924	996.459

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/09/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	0	0	296.885	0	396.885
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	1.048	0	1.048
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	0	0	297.933	0	397.933
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	270.290	0	270.290
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	270.290	0	270.290
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	0	0	568.223	0	668.223

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	100.000	0	0	-635.101	0	-535.101
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	4.408	0	4.408
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	100.000	0	0	-630.693	0	-530.693
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	735.586	0	735.586
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	735.586	0	735.586
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	100.000	0	0	104.893	0	204.893

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2021 à 30/09/2021	Anterior 01/01/2020 à 30/09/2020
7.01	Receitas	4.465.227	3.709.360
7.01.02	Outras Receitas	4.465.227	3.709.360
7.01.02.01	Receita de Securitização	4.465.227	3.709.360
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.674.073	-1.175.895
7.02.04	Outros	-2.674.073	-1.175.895
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.791.154	2.533.465
7.04	Retenções	-26.997	-26.450
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-26.997	-26.450
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.764.157	2.507.015
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	486.596	246.077
7.06.02	Receitas Financeiras	486.596	246.077
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.250.753	2.753.092
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.250.753	2.753.092
7.08.01	Pessoal	75.695	142.487
7.08.01.01	Remuneração Direta	75.695	142.487
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	353.902	634.595
7.08.02.03	Municipais	353.902	634.595
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.550.866	1.240.424
7.08.03.03	Outras	1.550.866	1.240.424
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	270.290	735.586
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	270.290	735.586

Joinville – SC, 01 de novembro de 2021.

Aos acionistas da

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **ROMAXIS SECURITIZADORA S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2021.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

Diretor Presidente

Pedro Luiz Mees

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do período findo em 30 de setembro de 2021.**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

A Romaxis Securitizadora S/A, é uma sociedade anônima de capital aberto, criada em 01 de setembro de 2017, tem como objetivo social (I) securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; (II) emissão e colocação no mercado privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos, valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"); (III) prestação de serviços relacionados a operações no mercado secundário de títulos e valores mobiliários; (IV) prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações no mercado secundário de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; (V) Emissão de Debêntures em regime de distribuição pública ou privada na forma da Lei 6.404/76, (VI) realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Rua: Expedicionário Holz, nº 550, 18º andar, sala 1.804, Bairro: América, CEP: 89.201-740.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2021 foram autorizadas pelo Conselho de administração em 01 de novembro de 2021.

1.1 Impactos do Covid-19

Desde o dia 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia. O surto provocado pela contaminação de COVID-19, que evoluiu e continua evoluindo, gerando impacto nas atividades globais. Tendo em vista as avaliações da Emissora, informamos que, até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, não observamos eventos e impactos financeiros relevantes dentro das operações destas Demonstrações Financeiras.

2) RISCOS

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2021 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2021, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e

atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução

dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões

ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade: BC TG 39 (R1), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é

constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 30 de setembro 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado em bases confiáveis. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência. A empresa deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Depósitos bancários a vista	86.174	156.457
Aplicações financeiras	1.586.750	3.344.293
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.672.924	3.500.750

6. DIREITOS CREDITÓRIOS A RECEBER

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços sem aquisição substancial de riscos e benefícios. Os valores são escriturados pelo valor de face dos Direitos Creditórios a receber, devido ao fato do prazo médio da carteira ser inferior a 180 dias, a empresa optou por não reconhecer o ajuste a valor presente, requerido pelo CPC 12.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- i. Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- ii. Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na

Notas Explicativas



ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

CNPJ/MF: 29.088.092/0001-95

escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

- a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Duplicatas a receber	18.733.942	16.876.740
(-) Duplicatas Clientes à Conciliar	1.762.529	(137.434)
Total de direitos creditórios	20.496.471	16.739.306

- b) Posição por vencimento em dias da carteira de duplicatas a receber:

Períodos em dias	A vencer	Vencidos	Total
Até 30 dias	8.726.803	215.787	8.942.590
De 31 à 60 dias	2.642.456	90.817	2.733.273
De 61 à 90 dias	1.428.528	89.457	1.517.985
De 91 à 120 dias	662.101	33.650	695.751
De 121 à 150 dias	434.345	15.800	450.145
De 151 à 180 dias	384.441	15.800	400.241
Acima de 180 dias	3.879.837	114.120	3.993.957
Total Geral	18.158.511	575.431	18.733.942

7. PARTES RELACIONADAS

A conta “Partes Relacionadas” refere-se a operações que a Companhia realizou com empresas do grupo, as quais estão em favor da Romaxis e estão dispostas da seguinte forma:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Valores Partes relacionadas	767.267	764.779
Total Partes Relacionadas	767.267	764.779

8. IMOBILIZADO

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela empresa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC – Conselho Federal de Contabilidade. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos

Notas Explicativas



ROMAXIS SECURITIZADORA S/A

CNPJ/MF: 29.088.092/0001-95

tangíveis que são mantidos para uso ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a empresa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a empresa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma.

A mensuração dos itens do imobilizado, a formação do custo, foi realizada da seguinte forma: preço de compra, incluindo os tributos não recuperáveis e todos os demais custos até o ponto do imobilizado estar em condições de uso. A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem e o valor residual. A conta de “imobilizado” é composta por:

Descrição	Taxa	30/09/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação	Residual	Residual
Eq. Processamento de dados	5%	30.862	(3.207)	27.655	1.017
Móveis e utensílios	5%	7.332	(1.949)	5.383	5.934
Software/Programa de comp.	20%	140.949	(10.055)	130.894	118.433
Total do Imobilizado		179.143	(15.211)	163.932	125.384

9. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

O saldo de “Obrigações tributárias” está composto da seguinte maneira:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Cofins a recolher	9.653	6.214
CSLL estimativa a recolher	25.829	59.757
IRPJ estimativa a recolher	63.747	155.991
PIS a recolher	1.569	1.010
CSRF retido a recolher	3.154	2.683
IOF sobre mútuo a recolher	123	123
IRRF retido a recolher	1.018	866
ISS retido a recolher	100	2.872
Provisão IRRF sob debêntures	21.509	879
Total de Outras obrigações	126.702	230.395

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O saldo de “outras obrigações” se trata de adiantamentos feitos por clientes em contas garantidas para darem segurança nas operações conforme o seu volume de descontos, bem como outras contas a pagar que estão dispostas da seguinte forma:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Cheques a compensar	425.615	
Adiantamentos a clientes	227.335	98.597
Contas a pagar	15.000	
Total outras obrigações	667.950	98.597

11. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures, em 04 de dezembro de 2017, onde foram emitidas 5.000 (cinco) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), realizada em 6 (seis) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 250% (duzentos e cinquenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 200% (duzentos por cento) do CDI.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 180% (cento e oitenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 500 (quinhentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI.
- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 1.000 (um mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI.

- As debêntures da 6ª série são de classe subordinada, composta de 2.000 (duas mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais), totalizando R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis” e mais 100% (cem por cento) do CDI.

A Companhia realizou a 2ª (segunda) emissão privada de debêntures, em 10 de julho de 2018, onde foram emitidas 1.000 (um mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), realizada em 5 (cinco) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 0,9% (zero vírgula nove por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1% (um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,1% (um vírgula um por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,2% (um vírgula dois por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das

debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 200 (duzentas) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 120 (cento e vinte) meses e o rendimento será equivalente a 1,3% (um vírgula três por cento) ao mês, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

A Companhia realizou a 3ª (Terceira) emissão privada de debêntures, em 26 de agosto de 2019, onde foram emitidas 200.000 (duzentas mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) perfazendo o montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), realizada em 5 (cinco) séries, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 100% (cem por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 2ª série são de classe subordinada, composta de 15.000 (quinze mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 130% (cento e trinta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 3ª série são de classe subordinada, composta de 50.000 (cinquenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 150% (cento e cinquenta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.
- As debêntures da 4ª série são de classe subordinada, composta de 60.000 (sessenta mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), terão prazo de

vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 180% (cento e oitenta por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

- As debêntures da 5ª série são de classe subordinada, composta de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais), totalizando R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 36 (trinta e seis) meses e o rendimento será equivalente a 200% (duzentos por cento) do CDI, incidentes sobre o valor unitário das debêntures desta emissão e série, calculados em dias corridos, regime de capitalização composta de forma “pro rata temporis”.

A Companhia realizou a 4ª (Quarta) emissão privada de debêntures, em 09 de abril de 2021, onde foram emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures simples da espécie subordinada não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) perfazendo o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), realizada em série única, com as seguintes características:

- As debêntures da 1ª série são de classe subordinada, composta de 5.000 (cinco mil) debêntures, de valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), terão prazo de vencimentos de 144 (cento e quarenta e quatro) meses e o rendimento será equivalente a base de remuneração do valor unitário das debêntures fará jus à remuneração de 1% (um por cento) ao mês”.

De acordo com as características supracitadas, as debêntures estão assim relacionadas:

Descrição	30/09/2021	31/12/2020
Debêntures 1ª Emissão	5.330.000	7.730.000
Remuneração 1ª Emissão	868.073	683.777
Debêntures 2ª Emissão	6.400.000	3.990.000
Remuneração 2ª Emissão	1.273.327	738.490
Debêntures 3ª Emissão	5.903.000	7.090.000
Remuneração 3ª Emissão	304.012	169.548
Debêntures 4ª Emissão	1.620.000	
Remuneração 4ª Emissão	33.618	
Total títulos e valores mobiliários	21.732.030	20.401.815

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Reserva de Lucros – A companhia possui na conta de Reserva de Lucros um saldo de R\$ 568.223,68 (quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e vinte e três reais e sessenta e oito centavos) que estão à disposição da administração para futuras destinações.

Resultado do período – A companhia auferiu no período um lucro líquido de R\$ 270.290,23 (duzentos e setenta mil, duzentos e noventa reais e vinte e três centavos).

13. RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição (em reais)	30/09/2021	30/09/2020
Receitas operacionais	2.954.439	2.614.089
Receita de securitização	4.465.227	3.709.360
(-) Custo de captação de recursos	(1.342.966)	(953.642)
(-) COFINS	(144.363)	(119.576)
(-) PIS	(23.459)	(19.431)
(-) ISS		(2.622)
Despesas operacionais	(2.950.093)	(1.559.583)
Despesas gerais e administrativas	(2.950.093)	(1.559.583)
Resultado operacional líquido	4.346	1.054.506

14. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, composto por:

Descrição (em reais)	30/09/2021	30/09/2020
Receitas Financeiras	486.596	246.077
Descontos obtidos	11.499	6.953
Juros Recebidos	170.415	27.685
Multas recebidas		27.310
Juros sobre Mútuo	2.488	1.991
Multa sobre prorrogação		41.271
Rendimento de aplicação financeira	371	19.111
Juros s/ liquidação	23.114	4.006
Juros s/ recompra	9.847	47.761
Multa s/ liquidação	189.940	15.326
Multa s/ recompra	78.922	54.663
Despesas Financeiras	(52.650)	(102.849)
Descontos concedidos	(2.784)	(11.380)
Despesa bancária	(15.236)	(59.605)
Juros pagos ou incorridos	(6.107)	(27.762)
Multas dedutíveis	(25.527)	(1.523)
Multas indedutíveis	(2.996)	(2.346)
Desconto s/ recompra		(233)
Resultado financeiro líquido	433.946	143.228

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativamente utilizados pela Sociedade estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e títulos e valores mobiliários, realizado em condições usuais de mercado, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis considerando-se os critérios descritos no item 2.

Valorização dos instrumentos financeiros:

O principal instrumento financeiro ativo em 30 de setembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, está descrito a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias.

Direitos Creditórios a receber (nota 6): são avaliados no momento inicial pelo valor de face dos títulos adquiridos.

Títulos e valores mobiliários (nota 11): considerando a natureza dos débitos específicos, não há valor de mercado comparável com os saldos contábeis em 30 de setembro de 2021.

Joinville - SC, 01 de novembro de 2021.

Pedro Luiz Mees
Diretor Presidente

Alexsandro de Oliveira
Contador
CRC 1-SC-030554/O-7 SC

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A empresa declara que não há comentários sobre o comportamento das Projeções Empresarias.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia declara que não há outras informações consideradas relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
ROMAXIS SECURITIZADORA S/A
Joinville – SC

Revisamos as informações contábeis intermediárias da ROMAXIS SECURITIZADORA S/A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de seis meses findos naquela data, e das demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findos em 30 de setembro de 2021, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro - IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Blumenau-SC, 01 de novembro de 2021.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR 051.229/O-8 “S” SC

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A companhia declara que não possui Conselho Fiscal instalado.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

A companhia declara que não possui Comitê de auditoria.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

A companhia declara que não possui Comitê de auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

ECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 30 de setembro de 2021.

Curitiba, 01 de novembro de 2021.

DIRETORIA

Pedro Luiz Meeser

Diretor Presidente/Diretor de Relações com Investidores

André Effting Vanderlinde

Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7 de setembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter visto, discutido e concordado com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 01 de novembro de 2021, referente ao período de 30 de setembro de 2021.

Curitiba, 01 de novembro de 2021.

DIRETORIA

Pedro Luiz Mees

Diretor Presidente/Diretor de Relações com Investidores

André Effting Vanderlinde

Diretor Vice-Presidente